

ALADI/CR/Ata 676
3 de junho de 1998
Hora: 10h às 11h50m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 674^a e 675^a sessões.
4. Informe do Presidente do grupo de trabalho sobre o cumprimento do programa de atividades da Associação para 1998 (período abril 1998).
5. Regime geral de origem da ALADI (ALADI/SEC/dt 400). Adiado.
6. Acordo Geral sobre o comércio de serviços. Negociações em serviços financeiros (ALADI/SEC/Estudo 111).
7. Informe do Secretário-Geral sobre a Conferência Ministerial da OMC (Segundo Período de Sessões) e Cinqüentenário do Sistema Multilateral de Comércio (18-20/V/98).
8. Informe sobre o Quinto Seminário, "A dimensão jurídica da integração". Adiado.
9. Informe sobre o Encontro de Operadores e Usuários da Hidrovia Paraguai-Paraná.
10. Assuntos diversos.
 - Regime geral de origem da ALADI.
 - Grupo de trabalho. Pedido de adesão de Cuba ao Tratado de Montevideú 1980.

- ALADI-OEA. Cursos de capacitação sobre a formação de negociadores e harmonização tributária.

Preside:

JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS

Assistem: Carlos Onis Vigil, Gustavo Moreno e Flaviano G. Forte (Argentina), Mario Lea Plaza Torri e José Guillermo Loria González (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Flávio Marega e Paulo Roberto Ribeiro Guimarães (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia, Flavio Tarsetti, Alejandro Marisio, María Antonieta Jara e Alberto Rodríguez Aspillaga (Chile), Manuel José Cárdenas e Enrique Pinzón Alvarez (Colômbia), Guillermo Wagner Cevallos, José Piedrahíta e Carlos Santos Repetto (Equador), Rogelio Granguillhome, José Luis Solís e Julio Lampell (México), Efraín Darío Centurión, Arístides Romero e Luis Alfonso Copari (Paraguai), José Eduardo Chávarri García, Agustín de Madalengoitia e Elizabeth González de Fábrega (Peru), Adolfo Castells Mendivil e Elizabeth Moretti (Uruguai), Juan Moreno Gómez, Ruben Pacheco e Yaritza Barbosa (Venezuela), Deyanira Esquivel (Costa Rica), Diana Otaño (Cuba), Zourab Peradze (Rússia), Guillermo Toro (IICA) e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretários-Gerais Adjuntos: Juan Francisco Rojas e Isaac Maidana Quisbert.

Secretaria: Jorge Rivero.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, a Secretaria-Geral pede licença aos senhores para retirar dois pontos da agenda: o ponto 5, sobre Regime Geral de Origem da ALADI (ALADI/SEC/dt 400), e o relatório sobre o Quinto Seminário, "A dimensão jurídica da integração", porque o ponto 5 está sendo analisado internamente, com as novas informações recebidas, e o ponto 8 porque ainda não recebemos, como esperávamos, informações de alguns dos participantes do Seminário.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. A proposta da Secretaria é retirar o ponto 5, sobre Regime Geral de Origem da ALADI, e o ponto 8, Informe sobre o Quinto Seminário.

Não vejo nenhuma objeção a esse respeito. Por conseguinte, assim procederíamos, com a intenção de colocar esses dois pontos na Ordem do Dia da próxima reunião; ou seja, quanto ao ponto 5, esperamos que a Secretaria nos possa proporcionar o documento revisado antes da próxima reunião e quanto ao ponto 8, que reúna as informações necessárias para informar-nos sobre o Quinto Seminário, a Dimensão Jurídica da Integração, também na próxima reunião.

Com essas duas alterações, fica APROVADA a Ordem do Dia.

Passamos ao seguinte ponto.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. No documento que está nas pastas dos Senhores Representantes estão registradas as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada na presente sessão.

Dos assuntos em pauta cabe destacar a nota da Embaixada do Paraguai, de 25 de maio de 98, comunicando a designação do Senhor Luis Alfonso Copari, Segundo Secretário.

Após a distribuição do documento no qual constam os assuntos em pauta, Senhor Presidente, recebemos uma nota da Representação da Argentina comunicando a incorporação a essa Representação do Doutor Ruben Javier Ruffi, Terceiro Secretário.

Aproveito a oportunidade, Senhor Presidente, para dar as boas-vindas, em nome da Secretaria, aos dois novos diplomatas que assumem suas funções, desejando-lhes muitos êxitos.

Desejo destacar também, Senhor Presidente, as contribuições recebidas para o orçamento da Associação. A contribuição do Uruguai por US\$ 265.000,00, correspondente ao exercício de 97, e a do México por US\$ 39.906,92, como parte da contribuição correspondente ao ano 98, que muito agradecemos porque solucionam em parte o problema financeiro da Associação.

Desejo também destacar, Senhor Presidente, que distribuiremos os Estudos 112, sobre as normas da OMC e sua incidência no processo de integração regional, e 113, que trata da evolução do processo de integração durante 1997, documentos que serão apresentados em uma próxima sessão deste Comitê de Representantes.

Esses eram os assuntos que queria destacar, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. A Presidência, em nome do Comitê, adere às boas-vindas aos novos funcionários das Representações Permanentes do Paraguai e da Argentina e

agradece às Representações do Uruguai e do México suas contribuições para o orçamento da Associação.

Quanto aos dois documentos mencionados pelo Senhor Secretário-Geral, solicitaria à Secretaria que nos fossem apresentados o mais rápido possível, talvez na próxima reunião, levando em conta sua incidência sobre o processo de preparação da Décima Reunião do Conselho de Ministros, sobretudo o Documento 113, sobre a Evolução do Processo de Integração Regional durante 1997, que considero muito importante.

Pergunto se há observações sobre os assuntos em pauta mencionados pelo Senhor Secretário-Geral ou sobre o documento que os senhores têm em seu poder.

Caso não haja observações, passaremos ao ponto seguinte.

3. Consideração das atas correspondentes às 674ª e 675ª sessões.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVAM-SE.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Temos algumas observações de forma que vamos entregar à Secretaria.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Pergunto se há outras observações sobre os dois projetos de atas.

Caso não haja observações, APROVAM-SE, com a ressalva das observações da Colômbia sobre suas próprias intervenções.

Muito bem, podemos passar para o ponto seguinte.

4. Informe do Presidente do Grupo de trabalho sobre o cumprimento do programa de atividades da Associação para 1998 (período abril 1998).

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Presidente do grupo, Embaixador Granguillhome, do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome Morfin) Obrigado, Senhor Presidente. Desejo informar-lhe que o grupo de trabalho sobre o cumprimento do programa de atividades da Associação se reuniu em 26 de maio passado, constatando-se um cumprimento apropriado do programa de atividades para o período abril de 1998 que foi o mês objeto de revisão nessa oportunidade.

Na reunião, Presidente, e decorrentes da discussão, foram feitos alguns pedidos à Secretaria entre os quais se destaca a elaboração de um pequeno documento para definir a convocação prevista para o mês de maio do grupo de trabalho sobre o Acordo de Cooperação e Intercâmbio de Bens Culturais.

Senhor Presidente, também, solicitou-se à Secretaria-Geral antecipar para o mês de junho a entrega de um documento sobre as possibilidades de tratar na Associação o tema de solução de controvérsias.

Foi solicitado, também, à Secretaria, a distribuição dos termos de referência sobre as possibilidades de ação da Secretaria-Geral da Associação para apoiar a participação empresarial.

Presidente, com relação à convocação de uma reunião de autoridades nacionais de defesa ao consumidor, decidiu-se que a Secretaria-Geral realizasse consultas com os países-membros, a fim de conhecer as possibilidades de uma convocação para uma reunião sobre este tema.

Senhor Presidente, também foi solicitada à Secretaria-Geral a distribuição do Estudo sobre a elaboração de estatísticas e do estudo relativo à incidência dos acordos sobre a produção e o comércio exterior dos países-membros. Dentro do documento revisado para o mês de maio a Secretaria-Geral fixou uma atividade relativa ao financiamento das exportações, em particular um programa de trabalho com o BLADDEX. Nesse sentido, Senhor Presidente, solicitou-se à Secretaria a distribuição de uma pequena nota com informação atualizada sobre os contatos realizados com o BLADDEX, até esse momento.

Outrossim, Senhor Presidente, a Representação da Colômbia, nesta última reunião, apresentou um documento com comentários ao programa de atividades de 1998 e o grupo de trabalho encomendou à Secretaria fazer uma revisão do documento com a apresentação, baseada no texto da Representação da Colômbia, de indicações orientadas a uma maior precisão sobre os objetivos e alcances dos documentos apresentados pela Representação da Colômbia.

A próxima reunião do grupo de trabalho, Senhor Presidente, está convocada para 16 de junho próximo, na qual trataremos o período correspondente ao mês de maio de 1998. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Pergunto se há observações ou comentários sobre o informe que acabamos de escutar do Presidente do grupo de trabalho.

Se não for o caso, agradecemos ao Representante do México seu trabalho e aos membros do grupo de trabalho que, como constatamos, continuam com sua tarefa fundamental de monitorar e aperfeiçoar a execução do programa de atividades para 1998 aprovado por este Comitê no final do ano passado.

Com isso podemos passar para o ponto seguinte da agenda.

5. Regime geral de origem da ALADI (ALADI/SEC/dt 400).

PRESIDENTE. Foi adiado.

6. Acordo Geral sobre o comércio de serviços. Negociações em serviços financeiros (ALADI/SEC/Estudo 111).

PRESIDENTE. A Secretaria-Geral fará a apresentação do Estudo 111 sobre este tema.

Tem a palavra o Senhor Rivero.

SECRETARIA (Jorge Rivero). Muito obrigado, Senhor Presidente. Somente um resumo do documento que estamos apresentando para consideração do Comitê e dos países.

Neste Estudo 111 demos cumprimento às atividades do programa de trabalhos da Associação para este ano e, ao mesmo tempo, continuamos com a linha de trabalho encomendada à Secretaria pelo Comitê desde a finalização da Rodada Uruguai, no sentido de que em todos os temas ou negociações setoriais que forem realizadas no contexto do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, a Secretaria elabore um estudo no qual sejam sistematizados e, na medida do possível, avaliados os compromissos assumidos pelos países em cada um destes setores.

No que se refere às negociações em serviços financeiros, prolongaram-se desde a conclusão da Rodada Uruguai até dezembro de 1997, pela complexidade e especificidade do setor; sobretudo, Senhor Presidente, pela importância que os serviços financeiros têm para todos os países e, em particular, para os países desenvolvidos.

Neste sentido, os senhores encontrarão no documento uma síntese histórica da evolução destas negociações e dos altibaixos que sofreram e nele poderão apreciar, também, o papel que desempenharam os Estados Unidos da América com relação aos compromissos neste setor que, originalmente, quando se chegou a um compromisso provisório, retiraram-se e os países que ficaram decidiram começar uma nova rodada de negociações para incorporar os Estados Unidos.

Esta história, Senhor Presidente, está se repetindo com o que está acontecendo no âmbito da OCDE, onde também os Estados Unidos acabam de apresentar alguns senões às negociações sobre um acordo multilateral sobre investimentos. O projeto de acordo ficou para ser analisado pelos países e não se sabe se concluirá na data originalmente prevista.

No documento, Senhor Presidente, a Secretaria-Geral tratou de apresentar, com um formato específico que facilite a análise dos países, os compromissos que cada um dos onze países da Associação assumiu no tema de serviços financeiros em cada um dos setores que compreendem este setor, os compromissos de caráter horizontal, os compromissos em matéria de serviços bancários, em matéria de seguros e em matéria de valores, que especificamente constam nos quadros que anexamos a este documento.

Tentamos fazer uma análise e uma avaliação preliminar e geral do alcance destes compromissos, já que, como disposto pelo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo, entrarão em vigor somente em 30 de janeiro de 1999, quando todos os países que apresentaram suas ofertas o tenham adotado. Se não for assim, os países que o tiverem feito terão trinta dias adicionais para decidir sua adoção ou se modificam e/ou retiram compromissos e modificam também as exceções que possam ter estabelecido com relação ao Artigo II, sobre a cláusula da nação mais favorecida do Acordo Geral.

Nestes quadros tratamos de analisar com o maior detalhe possível, como manifestei, o alcance dos compromissos dos países; vimos que há uma gama muito grande entre as ofertas feitas pelos diferentes países da Associação, que vão das ofertas feitas, por exemplo, pelo Governo do Peru, que comprometeu os vinte e dois setores, até ofertas de outros países, como o Uruguai e o Paraguai, que comprometeram seis e sete setores, respectivamente. Isto também não deve ser tomado como um indicador do alcance dos compromissos em matéria de comércio de serviços, já que isto deve ser visto relacionado com as exceções estabelecidas, incorporadas ao Artigo II e também às condições específicas que para acesso a mercados e para concessão do tratamento nacional cada país estabeleceu em cada um destes setores. Uma avaliação profunda do alcance e da liberalização do comércio de serviços somente pode ter-se ou obter-se quando se possa aprofundar a análise de todos estes elementos e, como disse, este Protocolo só entrará em vigor em 30 de janeiro de 99.

Com relação aos compromissos originais, estes estão vigentes. Embora o Protocolo entre em vigor em 30 de janeiro de 99, os compromissos assumidos originalmente pelos países na finalização da Rodada Uruguai continuam vigentes até essa data.

Finalmente, Senhor Presidente, desejo simplesmente manifestar que nestas negociações sobre serviços financeiros, uma das mais difíceis depois da finalização da Rodada Uruguai, nossa primeira apreciação, a apreciação da Secretaria-Geral, que para isto contou com o apoio da economista Rosario Furest, especialista em temas financeiros, é que foram obtidos avanços substantivos, levando em conta o panorama existente no final da Rodada Uruguai e, sobretudo também, o panorama apresentado quando foi concluído um primeiro acordo sobre este tema que finalmente ficou como acordo provisório porque, como disse, os Estados Unidos se retiraram no final da negociação.

Devemos levar em conta também que os serviços financeiros são um setor muito sensível às economias dos países, um setor também sensível à ação externa, como pudemos verificar em movimento de bolsas de valores ou como pudemos verificar em situações criadas tanto na região como fora dela.

Senhor Presidente, como conclusão desejo manifestar que tratamos de colocar neste documento toda a informação que tivemos disponível com uma análise e um critério que a Secretaria adotou para colocar à disposição dos países um documento, um elemento de juízo, que possa ser útil quando este anexo for aplicado em cada um de nossos países, quando entre em vigor. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Doutor Rivero.

Pergunto se há observações sobre o informe que acaba de ser apresentado.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente. Na realidade, mais que observações, são congratulações à Secretaria-Geral. O Estudo, cujos resultados são uma sistematização de informações úteis para todos os países, já foi encaminhado pela Delegação brasileira a nossas autoridades da área econômica e a nossa Delegação em Genebra. Pensamos que este tipo de trabalho, este tipo de estudo, é um dos pontos fortes do programa de atividades da Associação na medida em que sobre o tema sistema de dimensão estratégica nos permite aqui, na Associação, devido aos trabalhos e às atividades da

Secretaria-Geral que, pôr-nos em dia com o que acontece, realmente, fora da Associação em temas de absoluta relevância para nós. Como digo, é muito mais um comentário e a expressão de gratidão pelo bom trabalho da Secretaria nesta elaboração. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Continuo oferecendo a palavra sobre o informe da Secretaria.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome Morfin) Obrigado, Senhor Presidente. Nós também aderimos às expressões de felicitação da Delegação do Brasil para a Secretaria pelo documento. Pensamos que o Estudo 111 recolhe acertadamente as principais características da situação das negociações no setor serviços.

Entendemos, Senhor Presidente, que serve de referência, embora mereça, sem dúvida, uma maior profundidade quanto ao grau de sensibilidade atual, existente na negociação deste setor em nível mundial, porque todos temos conhecimento das crises nos últimos anos e das perspectivas certamente incertas quanto aos setores financeiros em nível global.

Acreditamos, Senhor Presidente, que é um documento útil e de proveito para todos nós. No entanto, Presidente, teríamos gostado de ver no texto alguma menção, talvez em um ponto das conclusões do trabalho, uma opinião sobre a possibilidade de incluir o setor nas negociações que eventualmente pudéssemos celebrar na Associação.

Sem dúvida, as ofertas que se apresentam à OMC, a revisão mesma das ofertas da própria Secretaria da OMC, são um contexto diferente do nosso e eventualmente seria conveniente fazer uma avaliação, Presidente, das possibilidades de trabalho neste setor, entre nós. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Obrigado, Senhor Presidente. O excelente estudo da Secretaria, na verdade, explicita algo que todos sabíamos: que é estar negociando na OMC. Isso nos leva constatar com um pouco de desilusão que somos capazes de negociar na OMC e não somos capazes de negociar aqui o tema serviços. Desse ponto de vista, apoiámos a recente iniciativa da Representação do México no sentido de que, devido a esse diagnóstico, deveríamos fazer-nos a seguinte pergunta: que podemos fazer em casa? Não parece congruente que façamos uma tremenda negociação muito importante na OMC, independente do tema das exceções –um país como país compromete os vinte e dois setores- e aqui não somos capazes de avançar no tema. Creio que é uma preocupação sobre a qual deveríamos refletir para ver como podemos continuar. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente. Consideramos que o documento apresentado pela Secretaria é

interessante e deve ser analisado por nossos governos e, evidentemente, o fato de que o tema não esteja aqui na ALADI se deve a que enquanto a OMC se considera como um foro de negociação, a ALADI perdeu essas características e enquanto não recupere essas características será muito difícil poder tratar o tema aqui. De qualquer maneira, o tema não poderia ser analisado na ALADI de forma isolada, mas deveria ser analisado dentro do conceito geral do comércio de serviços e deveríamos tomar posições sobre o tema geral de se a ALADI entraria nesse campo. Dentro do programa de trabalho figura este tema e algumas Representações, como já é de público conhecimento, solicitaram sua análise e quando for analisado poderemos deter-nos na parte dos serviços financeiros, em particular.

De qualquer maneira, é importante não deixar de tratar o tema, seja para analisá-lo e tratar de avançar a nível da ALADI ou para estudá-lo no contexto das negociações que estão sendo celebradas em outros foros. Considero importante ter as “antenas” dirigidas tanto para este tema como para outros e que, com base nisso, possam ser feitas algumas sugestões a nossos governos sobre uma matéria que realmente é muito importante e cada vez terá mais importância no comércio internacional.

Esses eram os comentários que tinha para fazer, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ruben Pacheco). Obrigado, Senhor Presidente. Queremos parabenizar a Secretaria pela elaboração do Estudo 111 e aderimos às intervenções do México, Chile e Colômbia no sentido de que manifestamos nosso interesse em que o tema serviços seja também tratado no âmbito da ALADI. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente. Peço desculpas por voltar a intervir sobre o tema. Queria, apenas, salientar que a Secretaria, segundo nossa maneira de ver, cumpriu amplamente o objetivo e obedeceu os termos de referência do estudo. Então, consideramos que o trabalho da Secretaria se adequou às orientações que o Comitê e mesmo as discussões relativas à elaboração do programa de atividades da Associação para este ano deram oportunamente.

Acreditamos também que é importante manifestar que o tema serviços está na agenda da Associação, não está fora, está na agenda da Associação, mas está na agenda da Associação na dimensão que foi considerada adequada, viável, por todos os onze membros da Associação.

Por último, desejo dizer que sobre o tema serviços na Associação, do ponto de vista mais operacional, já fizemos a experiência anteriormente. Foi uma experiência frustrada –devemos reconhecer- porque não existiam condições nem políticas, nem técnicas, nem materiais, para fazer progredir o tema operacionalmente a nível dos onze. Mas, sim houve grandes avanços a nível dos onze integrantes da Associação em suas relações a nível de MERCOSUL, a nível dos esforços do México e do Chile, a nível do G3 e da Comunidade Andina.

Então, o tema está avançando –gostaria de fazer uma observação para pôr a devida perspectiva ao tratamento do tema- no sentido que permite, inclusive o estimula, o Tratado de Montevideu 1980. A nível multilateral devemos esperar que sejam criadas as condições necessárias, indispensáveis para que possamos retomar o tema na Associação com perspectivas mais amplas que aquelas que nos levaram a um impasse alguns anos atrás.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Se não há mais observações sobre a apresentação do Estudo 111, pela Secretaria-Geral, creio que neste estágio tomaremos nota das reflexões e das observações dos Representantes. Logicamente, como foi observado aqui, o tema serviços continuará sendo tratado na Associação, inclusive no processo de preparação do Décimo Conselho de Ministros.

Por enquanto tomamos nota da apresentação do documento da Secretaria-Geral.

Podemos continuar com o ponto seguinte da ordem do dia.

7. Informe do Secretário-Geral sobre a Conferência Ministerial da OMC (Segundo Período de Sessões) e Cinquentenário do Sistema Multilateral de Comércio (18-20/V/98).

PRESIDENTE. Pergunto se o Senhor Secretário-Geral está em condições de apresentar esse informe.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

Como os senhores sabem, assisti em 18, 19 e 20 de maio, em Genebra, convidado pela Organização Mundial do Comércio, como Organismo Observador, às reuniões comemorativas dos cinquenta anos do GATT-OMC.

Não vou fazer uma descrição do acontecido porque isso é bastante conhecido por todos. Foi uma reunião amplamente divulgada na imprensa. Desejo somente, Senhor Presidente, destacar alguns pontos práticos e fazer alguns comentários sobre essa reunião.

Para ir ao mais imediato e prático, devemos informar inicialmente que tivemos oportunidade, aproveitando nossa ida a Genebra, de manter contatos com a UNCTAD, onde intensificamos nossas relações a respeito de dois temas importantes: um, o fato de que temos um convênio com a UNCTAD e com o BID para que sejamos o organismo regional de fornecimento de informações para o TRAINS e, particularmente, para o resto das Américas e sejamos o organismo encarregado da distribuição e da venda do CD Rom, do TRAINS para as Américas, coisa que inclusive já começamos a fazer.

Além disso, conversamos sobre outro ponto em que estamos trabalhando, que é a constituição de um banco de dados sobre serviços, sobre o qual nós trouxemos, que nos foi entregue lá, o último modelo, o MAST 2.0, sobre esse tema que estamos desenvolvendo juntamente com a UNCTAD.

Discutimos, também, a possibilidade de realizar alguns seminários de divulgação do TRAINS para as Américas e do MAST aqui na região.

Na OMC mantivemos contatos informais, apesar das dificuldades, porque estavam todos muito ocupados na preparação, no recebimento de Presidentes, Ministros e com os trabalhos da reunião. Não obstante, pudemos chegar a uma conclusão pouco auspiciosa no sentido de que nosso pedido de condição de observador para duas importantes comissões naquele organismo ainda está no mesmo ponto em que ficou em setembro, quando estive pessoalmente tratando o assunto com Renato Ruggiero. Os senhores sabem que nós somos observadores, por uma transferência de nossa condição no GATT, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento e do Subcomitê de países menos adiantados. Esse Subcomitê faz parte do Comitê que mencionei inicialmente e nós solicitamos ser parte do Comitê de Acordos Regionais e do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio. Esses foram os dois pedidos que fizemos, não porque os demais Comitês não sejam importantes, mas porque ambos eram prioritários, levando em conta nossas limitações orçamentárias. O assunto continua em ponto zero porque ainda há restrições por parte de países mais desenvolvidos sobre a participação de alguns países do Oriente e da África.

Nesse ponto, Senhor Presidente, talvez fosse interessante reiterar uma iniciativa através das representações dos países-membros da ALADI perante aquele organismo para que a ALADI tenha possibilidades de ser tratada de um modo especial, levando em conta nossas relações com eles.

Soubemos, também, que a OMC vai dinamizar o assunto do meio ambiente e comércio, inclusive levando em conta o discurso de Clinton, que vou comentar um pouco depois e será realizada uma série de reuniões sobre isso. Sugerimos que nos convidassem para participar. Haverá uma reunião em Santiago do Chile e estamos esperando uma resposta a uma consulta informal que fiz.

Com relação a um assunto mais relevante, Senhor Presidente, desejaria fazer algumas observações sobre o movimento de liberalização muito forte que percebi nessa reunião da OMC, não somente nessa reunião, mas também na reunião de Cingapura, da qual também participei e tudo o que aconteceu a partir da reunião na qual foi fundada a Organização Mundial do Comércio.

Nota-se, Senhor Presidente, que há um movimento de liberalização muito forte do comércio de bens, de serviços, dos movimentos de fatores, das garantias, dos investimentos e da propriedade intelectual e inclusive uma tendência a certa uniformização de algumas normas culturais que afetam os processos produtivos e de comercialização.

Com relação a isso identificamos que há um movimento dentro da OMC, para ir também a um assunto particular, no sentido de que os acordos regionais sejam tratados pelo Artigo 24 do GATT e que para que seja considerado regional exista 95% do comércio envolvido no acordo regional. Essa é a posição de alguns países; parece que não vai prosperar porque muito dificilmente qualquer acordo regional cumpre este requisito, que seria uma forma de precisar a condição da parte mais significativa do comércio, como diz o Tratado.

Em todo caso, há um movimento forte no sentido, primeiro, de um maior controle sobre os acordos regionais, como o nosso caso; segundo, de começar a precisar qual é a condição de que o acordo, para ser considerado como tal, tenha uma parte significativa do comércio.

Expostas essas questões particulares, desejaria comentar este movimento de liberalização muito forte, que ficou muito claro precisamente no discurso do Presidente dos Estados Unidos.

Antes desejaria colocar todos os pontos que constituem essa onda de liberalização. Não é somente a liberalização dentro da OMC, mas também isso vem acompanhado pelas iniciativas visando o acordo multilateral de investimento, que tem uma vertente através da OCDE e cujo tratamento está paralisado por falta de acordo entre os países mais desenvolvidos e, portanto, é um assunto pendente, mas creio que não está morto. Creio que depois vai ter algum desenvolvimento.

Por outro lado, devo chamar a atenção para o proposto nesse acordo: a liberalização total dos investimentos e as garantias dos investimentos em cada país, o tratamento nacional; essas mesmas condições estão sendo consideradas em uma proposta da reformulação do Fundo Monetário Internacional. Existe a possibilidade de que uma reformulação do Fundo Monetário Internacional coloque como condição para apoiar os países em momentos de crise que eles adotem determinadas medidas que são muito parecidas, se não iguais, às que vem sendo propostas na liberalização dos investimentos, do movimento de investimentos.

Isso também se junta a um acordo que se começou a discutir, e que foi assinado entre vários países que representa 90 por cento do comércio do tema objeto do acordo, que é o acordo de tecnologia de informática, que os senhores conhecem.

Finalmente, nessa mesma reunião foi discutido o comércio realizado através da INTERNET. E aí a proposta norte-americana, que inclusive o Presidente Clinton voltou a expor em seu discurso, de que não se tomasse nenhuma medida que criasse nem tarifas nem barreiras de nenhum tipo ao comércio que se realiza através da INTERNET. São, portanto, movimento que indicam essa onda de liberalização que tem muito a ver conosco porque, se se propõe a liberalização total, cabe a pergunta: qual será a perspectiva da articulação e convergência dos acordos, qual será a perspectiva de uma instância multilateral de integração entre os onze países que, como sabemos, hoje em dia está ainda como um objetivo?

Com relação ao discurso de Clinton, que foi um discurso bem interessante porque foi bastante completo, sobre o modelo que esta liberalização tem por trás, como os senhores sabem, uma projeção hegemônica, uma nova situação mundial.

O Presidente Clinton apresentou aproximadamente sete pontos. Em primeiro lugar, reiterou que é necessário continuar com um sistema mundial de comércio cada vez mais aberto. E mostrou que como isso tinha ajudado ao desenvolvimento dos Estados Unidos. Mencionava algumas cifras bastante interessantes, mostrando como as exportações tinham sido responsáveis pelo desenvolvimento norte-americano.

Em segundo lugar, sugeriu que como o comércio afeta a vida e os meios de subsistência, a saúde e a segurança das famílias de todo o mundo, que a OMC fosse transformada; propôs uma reformulação da OMC, no sentido de que tivesse foros de representação dos interesses das empresas, do trabalho, do meio ambiente e dos consumidores, de modo que na estrutura da OMC esses agentes econômicos e sociais tivessem voz e fossem considerados.

Em terceiro lugar, falou das condições de melhorar o meio ambiente e as condições de trabalho. Com relação às condições de trabalho consagrou o que tinha sido resolvido em Cingapura, no sentido de que o assunto deve ser tratado no âmbito

da OIT e que a OIT acelerasse suas relações com a OMC e, vice-versa: que a OMC intensificasse suas relações com a OIT.

Com relação ao meio ambiente, ele propôs uma reunião de alto nível entre ministros de meio ambiente e de comércio para tratar esse assunto nas relações entre meio ambiente e comércio.

Em quarto lugar, o Presidente Clinton propôs que a OMC abrisse suas portas para a observação e para a participação do público, no sentido de que o sistema de solução de controvérsias fosse público, que as audiências da OMC fossem abertas ao público -disse ele- e que fossem públicas todas as alegações das partes. Para alcançar esse objetivo propôs mudar as normas da Associação e criar um mecanismo especial para que os particulares fornecessem informações nas controvérsias comerciais.

Em quinto lugar veio a questão da informação: o sistema deve explorar todo o potencial da área de informação. Propôs um *stand still* na questão do comércio que se realize via INTERNET e elogiou o acordo de tecnologia de informação.

Em sexto lugar, falou das práticas governamentais leais, como garantia para os investidores, as práticas governamentais baseadas no estado de direito e não fundamentadas em caprichos burocráticos nem favoritismo, nem corrupção.

Por último, tocou vários pontos, mostrando interesse em que a agricultura fosse tratada rapidamente, que os serviços tivessem também um desenvolvimento intenso no âmbito da OMC e que se continuasse mantendo um forte impulso no desmantelamento das tarifas industriais, inclusive citando como exemplo o acordo sobre os setores químicos e de tecnologia meio ambiental, proposto no APEC.

Senhor Presidente, como pode observar, aqui há todo um programa que aponta para um cenário possível. Naturalmente, nada disto, que foi proposto por Clinton, significa que vai acontecer. Em todo caso, serve como referência para nossas análises, porque evidentemente temos uma idéia através dessa proposta do país que tem maiores condições de influir no caminho do desenvolvimento da OMC e dos demais instrumentos internacionais. É muito importante levar em conta essa perspectiva para nosso trabalho na Reunião Décima do Conselho de Ministros, principalmente analisar quais são as perspectivas da integração entre nossos países e qual é o papel da ALADI.

Considero que devemos continuar observando esse movimento e ver como pôr a Associação à altura desses desafios que constituem um contexto internacional que têm grande influência sobre nosso processo de integração. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Eu faria uma observação. Logicamente é necessário que os trabalhos da Associação sempre levem em conta o contexto internacional, no qual estão incluídos todos nossos países, mas não daria demasiada importância ao discurso que Vossa Excelência resumiu do Senhor Presidente dos Estados Unidos, na medida em que foi somente um de vários pronunciamentos de Chefes de Estado nessa sessão comemorativa dos cinquenta anos da OMC. Inclusive participaram vários Chefes de Estado de países-membros da Associação, observadores na Associação que também expuseram pontos de vista que foram difundidos na imprensa internacional, vários dos quais não são convergentes, digamos, com as propostas apresentadas pelos Estados Unidos. Mas, logicamente, os pronunciamentos dos Estados Unidos,

da União Européia, de algum de nossos países-membros, devem ser levados em conta.

É um processo de negociação que começa no GATT, que continua na OMC e que ainda vai necessitar muito trabalho até a próxima reunião ministerial do GATT, prevista para final de 99, a terceira, nos Estados Unidos.

Por conseguinte, sugeriria que nos concentrássemos, neste debate sobre o tema nos pontos diretamente vinculados com a Associação, por exemplo o que nos informou o Secretário-Geral sobre o status de observador da ALADI na OMC. É muito triste saber que a moção da Associação na OMC para adquirir o status de observador no Comitê de Acordo Regional, no Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio, continua sendo bloqueada, segundo informa o Secretário-Geral, por posições dos países desenvolvidos.

Queria ouvir observações a esse respeito, principalmente no que se refere à sugestão do Secretário-Geral de reiterar, através de nossas representações em Genebra perante a OMC, a proposta da Associação de obter o status de observador nesses dois órgãos muito importantes da OMC.

Tem a palavra em primeiro lugar a Colômbia e depois o México.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente. Concordo com o senhor na idéia de que este tema da OMC é conveniente tratá-lo aqui para examinar o contexto que evidentemente marcará o roteiro do comércio mundial nos próximos anos e é importante ter uma informação atualizada sobre evolução que estão tendo estes temas. Seria muito útil poder ter cópia da intervenção do Presidente dos Estados Unidos, bem como das intervenções dos outros Chefes de Estado ou representantes que participaram dessa reunião.

Vou entregar à Secretaria duas intervenções dessa reunião, que minha Delegação considera bastante interessantes: a intervenção do Presidente Cardoso, do Brasil, e a intervenção do Ministro de Comércio Exterior da Colômbia. Também vou entregar à Secretaria para que distribua as duas declarações ministeriais aprovadas; uma, lançando a nova rodada do milênio e, a outra, sobre o comércio eletrônico, que determina a não imposição de tarifas às transmissões eletrônicas, que é todo este tema da INTERNET e para o qual se realizará uma reunião extraordinária para começar a tratá-lo. São temas de muita transcendência e de muita importância.

E com relação aos temas diretamente relacionados com a ALADI seria bom ter um informe escrito da situação em que se encontram estes pedidos à OMC de participação como observador nestes grupos de trabalho para que nos sirva de base e enviá-lo a nossas delegações para que façam as gestões pertinentes.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado por sua sugestão, Senhor Representante.

Tem a palavra o Embaixador do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome Morfin) Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Secretário-Geral iniciou sua intervenção para apresentar seu informe sobre a reunião da OMC manifestando que não ia repetir o que tinha acontecido

nessa reunião, já que tinha sido objeto de ampla difusão nos meios de comunicação, e centralizou, basicamente, sua intervenção –como o Senhor Presidente manifestou– no pronunciamento feito pelo Presidente dos Estados Unidos e as atividades desenvolvidas com a Secretaria da UNCTAD.

Senhor Presidente, com relação ao primeiro ponto, queria fazer um comentário geral quanto ao tipo de informes que os funcionários da Secretaria deveriam dar ao Comitê sobre este tipo de missões.

Efetivamente, embora seja verdade que houve uma amplíssima difusão do acontecido nessa reunião, de acordo com inúmeros comunicados de imprensa, nossa Representação espera que, decorrente da visita de nosso Secretário a uma reunião desta natureza, o informe reflita o que o Secretário-Geral pensa que aconteceu, o que considera que foi importante para a América Latina em seu conjunto, para a Associação, do ponto de vista particular, e mais particularmente ainda, para nosso processo de integração regional.

Não é suficiente a informação de imprensa para ter uma análise completa e redonda do que estamos fazendo aqui. Essa é a nossa posição, Senhor Presidente.

Consideramos, sim, importante a opinião do Secretário-Geral sobre o que aconteceu lá ou do que inclusive dizem os próprios comunicados de imprensa.

Acreditamos, também, Senhor Presidente, aprofundando nisto, que é igualmente importante a apresentação de um informe por escrito, eventualmente com antecipação a este tipo de discussões, cuja leitura antecipada nos permita fazer este tipo de intervenções, não de uma maneira tão rápida como estou fazendo agora.

Repito, é muito importante que este tipo de informes seja apresentado por escrito e que possa, inclusive, ter certas características que nos permitam ter um sentido mais definido do tema. Se me permite fazer um parêntese, tenho visto informes de um parágrafo, de missão dos funcionários da Secretaria, que não dizem absolutamente nada.

Considero, Senhor Presidente, sem prejuízo da importância do manifestado aqui pelo Senhor Secretário-Geral, digo isto com muito respeito, que aqui o importante é sua opinião e sua conclusão sobre o que aconteceu nessa reunião e que isso possa ser transmitido a todos nós.

Coincido com o senhor, com o manifestado pelo Representante da Colômbia sobre a relevância de outro tipo de intervenções. Não vou deter-me nisso, mas sim, Senhor Presidente, preocupa-me muito que o Secretário-Geral participe de uma reunião da OMC e não possa fazer contatos com funcionários dessa Secretaria e sim possa fazê-los com funcionários de outro organismo internacional. Preocupa-me que a estas alturas estejamos enterando-nos das dificuldades que tem a ALADI para ser observador no organismo mais importante a nível internacional de comércio.

Iria além do que manifestou o Representante da Colômbia. A Secretaria-Geral deve apresentar-nos um documento com os problemas que está enfrentando para ser observador nestes grupos e que alternativas de solução propõe para deslindar que responsabilidade cabe a nós como governos e que responsabilidade cabe à Secretaria-Geral como entidade. Não é suficiente para mim, Senhor Presidente, como manifestei aqui em uma discussão que tivemos para um acordo de cooperação técnica com a OEA, que a responsabilidade corresponda exclusivamente a nós. Que fez a Secretaria para isso e que pretende fazer? Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Antes de dar a palavra ao Secretário-Geral, pergunto se há outras representações, outras representações que desejem fazer comentários sobre esse informe.

Se não houver comentários, solicitaria ao Secretário-Geral que, se estiver em condições, respondesse alguma das sugestões feitas pela Colômbia e pelo México sobre informes adicionais sobre as relações entre a ALADI e a OMC.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, minha intenção foi exatamente fazer o que solicita o ilustre Representante do México. Quis informar sobre os temas mais importantes dessa reunião. Não desejo polemizar nem louvar o Senhor Clinton. Simplesmente mencionei o que disse porque reflete um cenário para onde o conjunto parece que pode ir caminhando.

Não mencionei as intervenções de Fernando Henrique Cardoso, de Mandela, de Fidel Castro e de outros porque considere mais interessante analisar qual seria o ponto máximo nesse processo de liberalização para onde estamos caminhando. Mas, se é necessário, posso fazer um resumo.

O Presidente Cardoso, naturalmente, indicou a incoerência que mostram –com suas palavras, talvez esteja exagerando- os países desenvolvidos em querer praticar a liberalização e ao mesmo tempo criar barreiras ao comércio dos países em desenvolvimento.

Mandela disse que a OMC não estava servindo de nada para a África. Fidel Castro fez um discurso contundente depois de ter ouvido o de Clinton, “o único Presidente que esteve presente”. E ele aplaudiu o Clinton diplomaticamente. No dia seguinte destruiu com seus próprios argumentos, que naturalmente são discutíveis, tudo o que tinha proposto Clinton, afirmando que todo esse processo de liberalização estava somente prejudicando os países em desenvolvimento. Tudo tinha sido derrota; e começou a mencionar as derrotas dos países em desenvolvimento no comércio internacional que lhe produzem prejuízos.

Evidentemente, são todos elementos que entrarão no processo de negociação.

Salientei, também, que a única coisa –porque foi uma reunião mais de comemoração que de trabalho- que poderia ter sido decidida não foi, que era uma proposta, mais uma vez, uma iniciativa colocada pelos Estados Unidos, quase a última hora, para estabelecer um *statu quo* no comércio realizado na INTERNET. E isso tampouco prosperou porque houve fortes obstáculos por parte de alguns países que agora estão entrando na era atômica.

Por isso me referia ao discurso de Clinton; talvez porque queria mostrar qual seria o máximo na liberalização, para onde aponta o objetivo. Isso não quer dizer que vamos alcançá-lo, mas creio, inclusive, Senhor Presidente, contrário ao que possa parecer de que estou fazendo um elogio, vejo nisso até uma certa ameaça para nós. Por isso mesmo quis mencionar os pontos fundamentais que, como disse, de alguma maneira nos afetarão. Naturalmente vamos tratar de distribuir os discursos.

Desejo manifestar, também, que mantive contatos com funcionários da OMC e, mais ainda, mantive contatos com representações de países nossos na OMC,

através dos quais consegui essas informações. Não pude falar com Ruggiero nem com alguns diretores da OMC porque estavam com Fidel Castro, Clinton e com outras pessoas e naturalmente não tinham tempo para uma entrevista com o Secretário da ALADI nem com muitos outros mais. Mas, tive um cuidado extremo de conversar o máximo possível com quem pude. Particularmente com alguns funcionários da OMC, que são muito amigos nossos e que entre aeroporto e aeroporto pudemos localizar. Admito minha responsabilidade por não ter apresentado por escrito –coisa que sempre faço- o informe, mas ultimamente os trabalhos me absorveram muito e não quis dilatar este informe oral. Além disso, Senhor Presidente, o que estou dizem ficará em atas e embora seja verdade que seria melhor estar informados antes para discutir, também é verdade que está a disposição de todos os funcionários, de todos os Representantes desta Associação.

Com relação aos documentos e à observação da Colômbia, estamos totalmente de acordo; receberemos e distribuiremos. Desejo manifestar que não pude conseguir todos os documentos, a pesar de que os procurei e solicitei. Mas, isso também é um pouco sintomático. Vários discursos de Presidentes não foram distribuídos pelos menos a tempo durante a reunião. Talvez tenham sido distribuídos depois. Temos os discursos, feitos na primeira sessão, de Renato Ruggiero, do Presidente do Governo Suíço e de vários outros. Mas, por exemplo, os de Mandela, Fernando Henrique Cardoso, Fidel Castro e outros, não pudemos consegui-los. Procuramos e não conseguimos. Muitas das coisas as escutei de viva voz e são as que resumi para os senhores. Outras, naturalmente, terão saído na imprensa e na medida em que obtenha esses documentos os distribuirei, Senhor Presidente.

Isso é tudo o que tinha para dizer. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Faria minha a sugestão inicial da Colômbia e ampliada pelo México, no sentido de que a Secretaria distribua um documento escrito sobre o pedido da Associação como observador perante este órgão da OMC. E, se possível, apontando as dificuldades pelas quais até agora, depois de meses, creio que mais de um ano, não obtivemos ainda esta condição de observador nestes órgãos da OMC e, se necessário, apontar inclusive alternativas para serem consideradas na próxima reunião do Comitê, em duas semanas. Então, aí poderemos decidir uma ação com relação a nossa representação em Genebra.

Se a Secretaria estiver de acordo, será distribuída a informação solicitada. Por favor, Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Se o Senhor Presidente estiver de acordo, poderíamos preparar isso e mandar às Representações para que possam atuar em função desse documento. Talvez ganhássemos tempo com isso.

PRESIDENTE. Poderíamos fazê-lo, mas talvez fosse melhor discuti-lo aqui antes. Essa foi a sugestão da Colômbia. Por duas semanas não faz tanta diferença.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Adolfo Castells Mendivil). Obrigado, Senhor Presidente.

Coincidimos com a Presidência no sentido de que seria bom obter um informe completo sobre a situação da ALADI quanto a sua candidatura para ser observador perante a OMC. Creio que é muito importante.

E desejaria, também, apoiar o manifestado pelo Representante do México no sentido de que seria bom contar com informes que incluíssem a opinião da Secretaria-Geral.

Não vejo muita utilidade na distribuição dos discursos dos Chefes de Estado, mas é uma opinião de nossa Representação. Creio que se poderia distribuir como anexo, mas considero que distribuir os discursos dos Chefes de Estado junto à OMC não é uma tarefa que realmente corresponda à ALADI.

Sim considero importantes os dois pontos que indicamos: o de *status* de observador e a opinião pessoal do Secretário-Geral ou da Secretaria-Geral da ALADI em matéria de eventos internacionais quando participa dos mesmos. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente.

Igualmente, consideramos útil a sugestão e não estaríamos de acordo com a Secretaria-Geral no sentido de que no momento de receber a documentação já comecemos a processá-la. Preferimos ter aqui uma opinião concordante e, em função disso, proceder.

Mais ainda; creio que até o teor das missivas que deveriam ser enviadas a nossas Representações em Genebra deveria guardar certa concordância de expressão para que se possa conseguir o apoio ao pedido da ALADI através de nossos respectivos governos.

Desejaria solicitar à Secretaria a gentileza de fornecer-nos também uma lista das entidades observadoras e das entidades que foram propiciadas para saber, mais ou menos, quais estão na mesma condição que nós. Nada mais que para saber quais são. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Creio que a Secretaria poderia, no documento que vai distribuir sobre o pedido de *status*, acrescentar as informações que possa obter sobre os dois pontos propostos pelo Paraguai.

Então, a Secretaria distribuirá o documento e o consideraremos na próxima reunião do Comitê, como sugerido, e a Secretaria, logicamente, tomou nota de todas as observações feitas com relação ao tipo e qualidade de informes que este Comitê deseja receber no futuro sobre a participação em eventos fora desta sede em representação da Associação. Obrigado.

Com isso creio que podemos continuar com a ordem do dia e passar ao seguinte ponto.

8. Informe sobre o Quinto Seminário, "A dimensão jurídica da integração".

PRESIDENTE. Adiado.

9. Informe sobre o Encontro de Operadores e Usuários da Hidrovia Paraguai-Paraná.

PRESIDENTE. Para apresentar o informe daria a palavra ao Secretário-Geral Adjunto, Doutor Isaac Maidana.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana Quisbert). Muito obrigado, Presidente. Dada a importância deste evento, que parece, talvez, alheio a nossas atividades, permito-me desenvolver brevemente quatro tópicos para dar um informe completo do mesmo.

Um primeiro aspecto estaria vinculado ao cenário que motivou a reunião; um segundo aspecto, com seus objetivos; um terceiro, às conclusões e um quarto, os resultados desta reunião para os trabalhos da Associação.

Com relação ao primeiro aspecto, vinculado com o cenário que motivou a reunião, desejaria destacar-lhes que este programa de transporte fluvial pela Hidrovia surgiu há dez anos. No decorrer desses dez anos havia dois problemas para ser solucionados: um, vinculado com os obstáculos jurídicos e outro, com o melhoramento da navegabilidade.

Ambos os temas estão em via de solução; um mais que outro. Por exemplo, com relação ao tema de obstáculos jurídicos foi assinado, como os senhores sabem, um acordo de alcance parcial, no âmbito da ALADI, e este acordo constitui um marco importante para nós porque estabelece um estatuto jurídico único para os cinco países.

No melhoramento da navegabilidade foram elaborados estudos que levaram em conta os impactos ambientais, mas ainda não foram executadas as obras mais prioritárias. Junto a estes dois elementos que prosperaram nestes dez anos cabe destacar também os investimentos dos setores público e privado. O setor privado destinou quinhentos milhões de dólares a determinadas obras; o setor público à facilitação do transporte e de portos e também do comércio e produção. E isso gerou um fluxo de cargas muito importante que, calculando em números redondos, há dez anos se transportava setecentas mil toneladas pela Hidrovia e hoje se transportam sete milhões, o qual demonstra um incremento importante nesse período.

Todos estes componentes fizeram meditar o Comitê Intergovernamental da Hidrovia há um tempo e, perante a necessidade de dinamizar a área de influência da Hidrovia, ou seja, o entorno que está em função do eixo fluvial, manifestou-se que aí existia um potencial econômico muito importante para desenvolver. Enfatizou-se que a hidrovia não é somente um simples projeto de transporte, mas engloba uma zona de influência estratégica, constituída por zonas geográficas e regiões muito deprimidas ou de um desenvolvimento atrasado em sua economia. Essas regiões consideram que não se beneficiam da integração porque estão nas zonas interiores do continente.

Estes raciocínios e outros fizeram com que o Comitê Intergovernamental da Hidrovia decidisse com a Secretaria da ALADI realizar este evento com dois objetivos: em primeiro lugar, que todos os atores econômicos, tanto públicos como privados, pudessem intercambiar experiências, detectar problemas e propor soluções. Em segundo lugar, realizar encontros de negócios, além de negócios típicos; ou seja, foi apresentado um esquema muito particular. Os empresários não somente foram vender ou comprar produtos, mas apresentar verdadeiros projetos de integração, através da complementação econômica, de investimentos, de serviços, etc.

A reunião se baseou nesses dois objetivos, com um resultado muito frutífero. Participaram da reunião mais de cem pessoas, representativas dos cinco países da Bacia do Prata, inclusive empresários do Peru e do Chile, à luz das perspectivas que pode representar, no futuro, este sistema fluvial.

Quanto às conclusões, Senhor Presidente, depois deste amplo exame feito na reunião, vou destacar algumas das que constam no relatório que está em poder dos senhores. Uma, que considero importante, é que os operadores destacaram que a Hidrovia deve estar vinculada a outras áreas, não deve ser somente um eixo que atravesse o continente do centro para o Rio da Prata e para o Oceano Atlântico, mas deve conectar-se com um centro-lestes sul-americano e nesse sentido se propôs a Hidrovia em uma futura vinculação de conexão bioceânica, através de um eixo econômico formado pelo sul da Bolívia, pelo sul do Peru, pelo norte chileno e pelo norte argentino. Cabe salientar que nessa zona existe um trabalho feito faz anos por um grupo denominado “GEICOS”, que fez um trabalho no que se refere a comércio como investimentos, mas, evidentemente, agora a idéia dos países da Hidrovia é conectar-se com esse eixo econômico. Casualmente, no dia seguinte a esta reunião se realizava uma reunião do “GEICOS”, da qual participaram o Peru e o Chile.

Nesse sentido, outra das conclusões que destaco é que os operadores e usuários consideram que o conceito da Hidrovia como um simples sistema de transporte deve ser mudado para um sistema integral de todos os componentes que constituem a integração. Esta conclusão foi possível devido ao número e à diversidade de participantes, de atores econômicos como transportadores, donos de navios, donos de portos, de silos, consórcios de exportação e importação, despachantes aduaneiros e, fundamentalmente, as autoridades públicas do setor, ou seja, de portos e de transporte de nossos países. Em definitivo, a conclusão é que a Hidrovia deve ter um novo conceito e não somente trabalhar para melhorar a navegabilidade, senão em um projeto de integração com todos seus componentes: investimento, comércio, infra-estrutura, etc.

Outra conclusão que destaco é que os operadores manifestaram que já foram elaborados suficientes estudos para melhorar o transporte fluvial e que agora é importante executar as obras, principalmente no que se refere ao melhoramento da sinalização e balizamento. Isto tem a ver com um aumento automático que poderia gerar-se no fluxo de carga porque, havendo sinalização, o transporte poderia realizar-se durante os trezentos e sessenta e cinco dias do ano.

Destaco também uma conclusão, vinculada com uma proposta dos empresários brasileiros, particularmente de Campo Grande e Cuiabá, ou seja, os dois Estado do Mato Grosso, indicando que Cáceres e Corumbá sejam incorporados ativamente ao novo conceito da Hidrovia, não somente em função do transporte, mas como componentes econômicos dentro de toda a área de influência. E isto foi acolhido favoravelmente.

Destaco, também, que fizeram uma menção particular ao Acordo da Hidrovia. O Acordo da Hidrovia tem o propósito de unificar as legislações, mas a partir de sua vigência houve uma série de regulamentações que aparentemente vão atrasar o desenvolvimento normal da navegação. Para esses efeitos, os armadores, ou seja, os operadores fluviais, solicitaram realizar uma reunião entre eles e as autoridades dos cinco países para informalmente intercambiar idéias sobre quais são os problemas e como poderiam ser solucionados. Ou seja que houve uma atitude positiva, não de confrontação nem de reclamação, senão de diálogo, e oxalá possamos tê-lo porque solicitaram à Secretaria que promova esta reunião.

Finalmente, desejo salientar que nas conclusões, devido ao êxito da reunião, os participantes solicitaram que este tipo de reunião se realizasse cada dois anos, de forma ordinária e extraordinária, em qualquer momento, para tratar problemas específicos. Nesse sentido, a delegação brasileira solicitou que se realizasse uma reunião no decorrer do segundo semestre deste ano, possivelmente em novembro ou dezembro, na cidade de Corumbá, para tratar os problemas operacionais dessa zona.

Por último, Senhor Presidente, desejo destacar algo que talvez não esteja muito explícito no relatório em poder dos senhores, que são os resultados que recolho por ter participado deste evento. Um, que já mencionei, é que a Hidrovia deve ser considerada em termos de um aproveitamento em função do mercado ampliado. Nesse ponto, os operadores manifestaram que existem os acordos, que já não existem tarifas, está o MERCOSUL, está o MERCOSUL ampliado com a Bolívia, mas o comércio não foi dinamizado nessas zonas da Hidrovia, e recomendam fazer algum trabalho deste tipo ou de outra natureza para dar mais conteúdo aos acordos.

Outro resultado é que há uma nova forma de cooperação empresarial, que não se limita à forma tradicional de reunir as cúpulas empresariais, mas os atores por setores, o que permite uma análise mais direta, como neste caso, do setor determinado através do intercâmbio de idéias, de problemas e de busca de soluções. Este seria um bom ensinamento para que no foro da ALADI possamos analisar como alternativa, ou seja, reuniões a nível de setores realmente interessados em resolver problemas.

Creio que também é importante registrar o pedido de apoiar a implementação do Acordo da Hidrovia e nesse sentido considero que se propiciamos esta reunião informal entre autoridades e operadores, da qual já há uma experiência favorável na ALADI há muitos anos, poderia ser uma contribuição positiva.

Por último, Presidente, desejo agradecer às Representações em geral seu apoio para a realização deste evento, em particular aos países que fazem parte da Hidrovia. Outrossim, desejo destacar que este encontro teve um encerramento importante, devido a que os participantes foram convidados para uma homenagem, nessa oportunidade, feita ao Presidente da República da Bolívia, General Hugo Banzer, por ter contribuído de forma decisiva para o cumprimento de uma obra no trecho da Hidrovia, no Canal Tamengo, com o qual se facilita o desenvolvimento de todo o êxito da Hidrovia.

É tudo o que posso informar, Presidente. Se tiverem alguma dúvida, com muito prazer farei o esclarecimento correspondente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral Adjunto, por seu completo informe sobre a reunião de 14 e 15 de maio em Santa Cruz de la Sierra, que agora está concretizado em um documento distribuído hoje em sala como ALADI/SEC/di 1115, com data de ontem, mas distribuído hoje.

Pergunto se há observações, comentário sou perguntar que desejem fazer à Secretaria. Solicitam a palavra o Brasil, Argentina e Bolívia.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente. Gostaria, inicialmente, de agradecer o informe completo do Senhor Secretário-Geral Adjunto, bem como a distribuição do Documento Informativo 1115, que é um documento relativamente longo, dezessete páginas, razão pela qual

gostaríamos também de que em casos como este o documento escrito fosse distribuído a nossas Representações com um prazo mínimo de três dias de antecedência à sessão do Comitê onde será analisado. Enquanto escutava as palavras do Secretário Adjunto, folhee o documento, sobretudo a parte de conclusões, pelo que, evidentemente, meus comentários serão uma reflexão muito imediata.

Do ponto de vista de nosso governo, a reunião, o Encontro de Operadores e Usuários da Hidrovia, teve resultados muito positivos, mas acreditamos que há, sobretudo, um avanço muito significativo, que tem a ver com este novo conceito de desenvolvimento integral da Hidrovia. Para o Governo brasileiro, o grande avanço deste encontro foi que, através desta interlocução em Santa Cruz de la Sierra, há uma visão mais realista do trabalho cotidiano da Hidrovia e de suas perspectivas. Este realismo cresceu tanto por parte dos governos quanto da Comissão Permanente de Transporte da Bacia do Prata. Este é um ponto básico.

Olhando as conclusões do documento distribuído agora pela Secretaria-Geral, se vamos à página 5, há uma menção, no primeiro ponto do parágrafo, sobre o pedido à Secretaria-Geral da ALADI para que, da parte dos operadores e usuários, convoque, o mais rapidamente possível, uma reunião de trabalho de caráter informal, com a presença dos membros técnicos do Comitê Intergovernamental da Hidrovia e desses operadores privados. Sobre isso também o Secretário-Geral Adjunto se manifestou e gostaria de adiantar a posição do Governo brasileiro sobre o tema especificamente. Para nós, como Comissão Permanente de Transporte da Bacia do Prata, este setor de operadores e usuários já participa das reuniões do Comitê Intergovernamental da Hidrovia na qualidade de observador; o próprio Comitê Intergovernamental da Hidrovia é o foro adequado para os contatos sobre o tema. Então, se há um interesse em um encontro específico, este encontro poderia ocorrer durante uma próxima reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia. Este é um ponto que me parece relevante como orientação, inclusive, para a Secretaria-Geral da ALADI.

Dito isto, queria somente salientar nossa satisfação pela apresentação de um relatório tão detalhado, complementando as palavras do Secretário-Geral Adjunto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Gustavo Adolfo Moreno). Obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, para parabenizar a Secretaria-Geral pela organização deste evento entre operadores e usuários da Hidrovia Paraguai-Paraná, no sentido de que este projeto, que há vários anos está sendo negociado entre nossos países, é realmente um projeto de grande magnitude e de grande importância para toda a região sul-americana. Nós damos especial ênfase ao transporte fluvial, não somente por seus custos muito mais baixos com relação ao transporte rodoviário, mas também porque une zonas normalmente afastadas dos portos e muitas vezes deprimidas por esse tipo de circunstâncias, ou seja que o consideramos também como uma grande via para desenvolver zonas muitas vezes com problemas para integrar-se ao comércio internacional.

Queremos também destacar a importância, neste tipo de eventos, do setor privado. Ou seja, consideramos que na nova realidade da integração são muito importantes as reuniões das quais possam participar o setor público e o setor privado,

porque são as duas visões que nos permitirão tomar medidas realistas que tenham uma aplicação no comércio em particular.

Estamos de acordo também em que o comércio cresceu muito, avançou-se muito na Hidrovia, principalmente na parte de dragagem e balizamento. Há zonas importantes de Hidrovia nas quais se navegaria à noite por navegação satelital e pela sinalização da Hidrovia. Ou seja, cremos que em poucos anos será uma realidade total.

Estava lendo em algumas últimas informações sobre transporte, sobre comércio da Hidrovia, que supressivamente os tubos que estão sendo utilizados para a construção do gasoduto Santa Cruz de la Sierra-São Paulo estão entrando pelo Rio da Prata ao Porto de São Nicolás e do Porto São Nicolás sobem até Corumbá, através de barcas. Ou seja, esta é uma demonstração dos custos mais econômicos do transporte fluvial com referência a outros meios de transporte.

Por isso, com relação à proposta da Secretaria, consideramos que o tema transporte é central na ALADI e que tudo o que possamos fazer para que a ALADI favoreça tanto este projeto como qualquer outro projeto de transporte é positivo e a participação dos setores privados é muito importante para nossos países e para meu Governo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Senhor Presidente. Recebi instruções de meu país para agradecer profundamente à Comissão Permanente do Transporte da Bacia do Prata a brilhante organização deste evento. Agradecer por ter escolhido a cidade de Santa Cruz de la Sierra para realizar esta reunião, devido à importância que tem para a Bolívia esta via como única saída direta momentaneamente para o oceano.

Solicitaram-nos também parabenizar a ALADI pela coordenação deste evento, razão pela qual com muito prazer, Senhor Presidente, agradeço profundamente a participação da Secretaria neste evento. Foi muito importante, fui testemunha de como se trabalhou e particularmente desejaria também parabenizar essa Secretaria pela forma de apresentação do relatório e aderir ao que acaba de manifestar o Representante do Brasil de que gostaríamos de receber não somente este, senão qualquer tipo de relatório com certa antecedência para poder estudá-lo como corresponde e trazer nossas observações de forma mais detalhada.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente. Tive a satisfação de participar dessa reunião. Em primeiro lugar, desejo destacar –talvez ferindo sua própria modéstia- a excelente participação de nosso Secretário-Geral Adjunto, o Doutor Maidana, que fez uma exposição muito clara, muito precisa, muito técnica e realmente deu brilho à ALADI nessa reunião.

A Hidrovia é, possivelmente, o projeto mais importante do século na América do Sul. Não existe um projeto, pelo menos que eu saiba, que abranja concomitantemente cinco nações, com ramificações específicas através dos sistemas multimodais, como a Hidrovia. O próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento assim o considera e destinou nove milhões de dólares para os estudos de base da Hidrovia. A União Européia, por seu lado, destinou uma quantidade importante de fundos para fazer uma análise de portos. FONPLATA fez a mesma coisa através de uma contribuição relativamente pequena frente a estas quantidades descomunais, para determinar as áreas de influência ponderável que estão relacionadas com os portos analisados pela União Européia.

E nossa prestigiosa ALADI, desde o início, esteve acompanhando o processo da Hidrovia em suas diferentes instâncias: através dos técnicos, da Secretaria, de pedidos dos respectivos governos para desenvolver acordos e regulamentações que finalmente foram aceitas por nossos respectivos governos.

Essa reunião foi uma reunião, digamos, complementar da reunião do CIH, do Comitê Intergovernamental Coordenador da Hidrovia, porque foram escutados os usuários e os operadores. Nessa oportunidade manifestaram seu acordo em continuar participando, em continuar apoiando não somente de palavra e de ação, mas também economicamente, levando em conta que os operadores já fizeram melhoras, investindo aproximadamente quatrocentos ou quinhentos milhões de dólares em reconversão de portos, em barcaças, em outro tipo de atividades próprias do setor privado.

De modo que essa iniciativa em Santa Cruz, da qual a ALADI foi um de seus co-auspiadores, deu a sensação de que realmente o sistema de integração, no qual estamos, tem, continua tendo, uma preocupação por este tipo de atividades que sempre foram apoiadas.

Por isso considero muito válida a atuação da Secretaria. Considero importante que a Secretaria continue apoiando os esforços dos governos, independentemente, logicamente, de que o grupo, o setor privado da CTPC, trabalhe junto com o Comitê Intergovernamental.

Isto é um complemento, um acréscimo, que enriquece as ações no âmbito da Hidrovia, porque assim como nós exercemos nossas ações para nossos destinatários que são nossos povos, no campo da Hidrovia todas as ações que se realizam têm por destinatário, precisamente, os operadores e os usuários, que são os beneficiários e os que devem fazer o exercício diário para implementar a Hidrovia.

Gostei da reunião, Senhor Presidente, porque foi muito positiva. Não participei dela, mas estive como ouvinte, como em todas as reuniões da Hidrovia, e é útil escutar o setor privado, sua visão, seu critério, em um foro no qual eles, com total liberdade, possam manifestar-se e o fizeram abertamente e quase todos com um critério positivo, logicamente, dos cinco países integrantes da Hidrovia.

Finalizou manifestando novamente à Secretaria meu parabéns pelo esforço realizado nesta oportunidade e a satisfação de que o próprio Presidente da República da Bolívia tenha vindo de La Paz para receber os integrantes dessa reunião.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Pergunto se há outras Representações que desejem falar sobre este tema.

Se não houver outras intervenções, poderia sintetizar este debate, falando de três pontos: um, que nós, através do relatório da Secretaria, das intervenções que escutamos, reiteramos a importância fundamental da Hidrovia como um dos mais relevantes fatos integradores entre os países-membros da Associação, que se impuseram cinco dos Governos membros da Associação; um segundo ponto, que o Comitê solicitou à Secretaria que continuasse participando e apoiando os trabalhos da Hidrovia, sobretudo, diretamente com os governos ou participando dos trabalhos do CIH, finalmente, o Comitê tomaria nota, com satisfação, do informe apresentado pela Secretaria-Geral sobre a reunião de Santa Cruz de la Sierra.

Se os senhores estiverem de acordo com esta síntese poderíamos, então, passar para o último ponto da agenda.

10. Assuntos diversos.

- Regime geral de origem da ALADI.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente. Com relação ao tema de origem, que foi adiado, seria bom lembrar que na 617ª. sessão se decidiu que este tema não fosse tratado no Comitê de Representantes até que a Secretaria apresentasse os documentos sobre a revisão da Resolução 78 e um levantamento sobre o que está acontecendo em matéria de origem, que foi um pedido da Representação do Uruguai, ou seja, os diferentes regimes de origem.

Por conseguinte, quando for tratado aqui o tema será bom complementar a informação com estes elementos, importantes para poder ter uma visão global do tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

A Secretaria me diz, Senhor Representante, que uma das razões da revisão deste documento é, justamente, para atender estas informações adicionais.

Tem a palavra a Representação do Chile.

- Grupo de trabalho. Pedido de adesão de Cuba ao Tratado de Montevideu 1980.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia) Obrigado, Senhor Presidente. Somente para recordar que amanhã, às dez, reúne-se o grupo de trabalho para tratar o pedido de Cuba. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Creio que a Secretaria já tinha distribuído a convocação correspondente.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral Adjunto.

- ALADI-OEA. Cursos de capacitação sobre a formação de negociadores e harmonização tributária.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana Quisbert). É para informar, Senhor Presidente, que os cursos de formação de negociadores e de harmonização tributária se realizarão, prévia programação que estamos coordenando com a OEA, já que os recursos para ambos os cursos já estão disponíveis em uma primeira etapa.

Calculo que para o final do mês os senhores terão não somente o programa, mas os formulários e a forma como cada um dos países pode propor os candidatos que participarão deste curso. É tudo, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado.

Pergunto se há outras observações em outros assuntos.

Se não houver observações, daríamos por concluída a reunião. A próxima sessão ordinária do Comitê será em duas semanas, na quinta-feira 18, porque quarta-feira 17 é feriado no Uruguai e na próxima semana o Comitê se reunirá na quarta-feira 10, como combinamos, em nível de Chefes de Representação, para continuar tratando o tema da preparação da Décima Reunião do Conselho de Ministros.

Encerra-se a sessão.
